

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANDRÉA ISENSEE LOPES

O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA) PRODUZIDAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin.

Florianópolis

2014

Andréa Isensee Lopes

O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA) PRODUZIDAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado (a) em Pedagogia, e aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 03 de Julho de 2014

Prof.^a , Dr.^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a , Dr.^a Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^o Mestre Anderson Carlos dos Santos de Abreu
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a.Mestre Paula Cabral
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Doutoranda Adriana da Costa (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos meus filhos, que são minha motivação. E aos meus pais, que com muito amor e apoio, não mediram esforços para eu chegar até esta etapa da minha vida, e me incentivam a seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos pela compreensão nos momentos em que estive ausente para minha formação, e por darem significado e sentido a minha vida.

Aos meus pais, meu irmão, e minha cunhada, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço minha mãe, Marili Isensee Lopes, minha heroína. Por ser uma mulher, mãe e avó exemplar. Sem sua dedicação nada seria possível.

Agradeço meu pai, Adair da Silva Lopes, por ser um grande homem, pai e avô. E por me ensinar os verdadeiros valores da vida.

À professora Dr.^a Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho. E por sua generosidade em compartilhar um pouco de sua imensa sabedoria.

Aos membros da banca examinadora, por aceitar fazer parte da banca, e pela a leitura e contribuições deste trabalho.

Agradeço ao Tiago Luiz Carvalho Machado, por ter me incentivado, e por ter me dado o melhor presente de minha vida, meus filhos.

Às minhas amigas Gisele Prado e Paula Tuany Klause da Luz, por terem tornado meus dias na UFSC mais leves e alegres.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) teve como problematização investigar/identificar quais são as pesquisas realizadas em Santa Catarina que tratam do PROEJA. Assim, a pesquisa teve como objetivo investigar no contexto dos Programas de Pós-Graduação de Santa Catarina, nos cursos de mestrado e doutorado, as pesquisas que apresentaram como objeto de estudo o PROEJA. A partir deste foco, foram localizadas sete pesquisas realizadas no período de 2008 a 2013. Desse modo, analisam-se os resultados dessas pesquisas, situam-se suas principais abordagens teórico-metodológicas e sistematiza o estado do conhecimento das pesquisas voltadas ao campo de investigação sobre o PROEJA. A pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa e de caráter documental e bibliográfico com um estudo do tipo estado do conhecimento. Foram importantes para o desenvolvimento do estudo os seguintes autores: Haddad e Pierro (2000), Sartori (2011), Pereira (2003), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Araújo e Silva (2012), Mecheln (2013), Romanowski e Ens (2006) entre outros. Destaca-se ainda, a importância desta pesquisa no sentido de acompanhar as formas e condições das produções *stricto sensu* voltadas à temática em questão, tornando possível descobrir e analisar os focos mais pesquisados e os conhecimentos que já foram elaborados, assim como desvelar as brechas existentes em um determinado tema e apontar novos enfoques. Como resultados deste estudo apontam-se: a necessidade de pesquisas que contribuem para uma melhor estruturação da questão curricular do PROEJA; a existência de reflexões sobre áreas disciplinares ó matemática e ciências-, mas que essas apenas são algumas das áreas da educação básica e ainda não foram identificadas pesquisas que abordassem a questão da formação profissional em si, ao considerar que as mesmas foram realizadas no contexto de um programa de pós-graduação intitulado Educação Científica e Tecnológica. Nesse contexto, é possível afirmar que o PROEJA ainda não constitui preocupação como foco de pesquisa para os professores que atuam na formação profissional, particularmente no que se refere à necessidade de problematizar os materiais didáticos utilizados pelo programa, à integração curricular entre educação básica e educação profissional e a escassez de pesquisas que refletem a própria política do PROEJA.

Palavras-chave: Estado do conhecimento; pesquisas; PROEJA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Organização por temporalidade, instituição e natureza das pesquisas (tese ou dissertação).....	27
Quadro 2: Produções acadêmicas <i>stricto sensu</i> nos programas de pós-graduação em Santa Catarina, distribuídas por: orientador, instituição, titulação, área do conhecimento, e ano.....	28
Quadro 3: Total de pesquisas por foco de pesquisa.....	29
Quadro 4: Distribuição quanto ao eixo de pesquisa, autor e ano, e fundamentação teórica.....	32
Quadro 5: Resultados por autor e ano.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEAA- Educação de Adolescentes e Adultos.
CED- Centro de Educação.
CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica.
CNEA- Campanha Nacional da Erradicação do Analfabetismo .
EJA- Educação de Jovens e Adultos.
ETF-SC - Escola Técnica Federal de Santa Catarina.
FIC - Formação Inicial e Continuada.
IFs- Institutos Federais.
IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina.
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDB- Lei de Diretrizes e Bases.
MEC- Ministério da Educação e Cultura.
MEN- Metodologia de Ensino.
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização.
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.
PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos com Formação Inicial e Continuada.
PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
SC- Santa Catarina.
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SESC- Serviço Social do Comércio.
SESI- Serviço Social da Indústria.
SEST- Serviço Social do Transporte.
SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
UNE- União Nacional dos Estudantes.
UNESC- Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIVALLI- Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE- Universidade da Região de Joinville
UNOESC Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)	11
2.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil	11
2.2 A Educação Profissional no Brasil	17
2.3 Breve Histórico, Princípios e Concepções norteadores do PROEJA	21
3 METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO EM SC SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS..	25
4 APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS <i>STRICTO SENSU</i> EM SANTA CATARINA, VOLTADA À TEMÁTICA PROEJA	27
4.1 Análise dos resumos: objetos das pesquisas PROEJA e referenciais teórico-metodológicos	30
4.1.1 Sobre os objetos das pesquisas PROEJA	30
4.1.2 Sobre os referenciais teórico-metodológicos das pesquisas	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXO.....	45

1 INTRODUÇÃO

O interesse para a realização desta pesquisa surgiu da experiência como acadêmica do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período de 2010 a 2014. Durante o curso me inquietou a falta de abordagens sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo que foi oferecida como disciplina obrigatória apenas uma disciplina (MEN7140 - Educação de Jovens e Adultos). Porém, os momentos de estudos e reflexões proporcionados nesta disciplina fizeram com que eu percebesse a importância de pesquisas no âmbito da EJA.

Após ingressar nas atividades de pesquisa para o trabalho de conclusão do curso, o diálogo com minha orientadora fez com que eu definisse então o projeto de pesquisa sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), decidindo então problematizar: quais são as pesquisas realizadas em Santa Catarina que tratam do PROEJA? Uma das apostas da presente pesquisa é de que já temos em constituição um conjunto de trabalhos que tratam sobre o tema, no entanto ainda é embrionária em função de que a implementação do PROEJA no campo da política educacional ainda é recente.

Nesse sentido, resolve-se por desenvolver uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, que tem como objetivo geral investigar no contexto dos Programas de Pós-Graduação de Santa Catarina, nos cursos de mestrado e doutorado as pesquisas que tem como objeto de estudo o PROEJA com a finalidade de compreender o estado da produção acerca desse objeto.

Com esse foco apresenta-se os seguintes objetivos específicos: a) desenvolver o levantamento das pesquisas no banco de dados das instituições analisadas (site e bibliotecas universitárias) e analisar seus resultados; b) situar as principais abordagens teóricas identificadas na análise dos resumos das teses e dissertações selecionadas; c) sistematizar um quadro do estado do conhecimento das pesquisas voltadas ao campo de investigação sobre o PROEJA.

O presente trabalho está dividido em quatro (4) partes, e estruturado da seguinte forma: A primeira parte, intitulada *Introdução*, apresenta o surgimento do interesse pela pesquisa, a problemática, os objetivos e a estrutura da pesquisa; a segunda parte intitulada *O programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA)*, apresenta

os aspectos teóricos do trabalho, um breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a Educação Profissional no Brasil, bem como sobre o Programa nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, assim como, seus principais aspectos, funções e concepções; a terceira parte intitulada Metodologia para a elaboração do estado do conhecimento produzido em SC sobre educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, apresenta os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa; a quarta parte intitulada. Apresentação das pesquisas stricto sensu em Santa Catarina, voltada à temática PROEJA apresenta dados da pesquisa, através de quadros categorizados por instituições, temporalidade, focos temáticos, referências teórico-metodológicos, e contribuições das pesquisas analisadas, assim como a leitura analítica desses dados; e, por fim, a quinta e última parte intitulada Considerações finais apresenta tendências, relações e constatações dos assuntos trabalhados nas pesquisas analisadas, mediante aos referenciais teóricos deste trabalho.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA).

Para um melhor entendimento sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), criado em 2005, através do Decreto Nº 5.478, com o objetivo da articulação da Educação Profissional ao ensino fundamental, ou ao ensino médio, integrada à Educação de Jovens e Adultos, apresenta-se os seguintes tópicos abordados: A Educação de Jovens e Adultos no Brasil; Educação Profissional no Brasil; e, posteriormente, apresenta-se um breve histórico do PROEJA, os princípios que o conduzem e algumas concepções a cerca o programa.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Segundo Haddad e Pierro (2000), a Educação de Jovens e Adultos no Brasil começou em 1500, com a alfabetização dos índios pelos jesuítas, visando à catequização. A expulsão dos jesuítas ocorridas no século XVIII desorganizou este sistema de ensino, e novas ações dirigidas à educação de adultos ocorreu somente na época do Império.

Já em 1824, com a I constituição brasileira, o público alvo era a burguesia, somente a elite era alfabetizada. Com a Primeira Republica, torna-se pública a responsabilidade pelo ensino básico; a nova constituição excluía o analfabeto do direito ao voto. Já no final deste período, existe uma grande aceleração industrial e um grande incentivo pela a educação básica. Pois, de acordo com Haddad e Pierro (2000), era do interesse da elite a formação do indivíduo para o mercado de trabalho. Para isso, tinha um discurso do direito à educação para todos, cabendo ao cidadão assumir isto como um dever perante a sociedade.

A educação para adultos começa a estabelecer seu lugar a partir da década de 30, onde o sistema de ensino de educação começa a se firmar e a década de 40 foi um período de muitas mudanças na educação de adultos, foi neste período que houve significativas iniciativas políticas e pedagógicas como, a Regulamentação do Fundo

Nacional do Ensino do INEP, e a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), entre outros:

Foi somente ao final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional, mas as condições para que isso viesse a ocorrer foram sendo instaladas já no período anterior. O Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União, previsto pela Constituição de 1934, deveria incluir entre suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular. (HADDAD; PIERRO, p.3, 2000)

Com o fim da era Vargas, em 1945, a sociedade passou por grandes momentos de crises, aumentando as críticas quanto à situação dos adultos analfabetos, e a luta por uma educação para todos. Assim, a educação para adultos passa a ganhar espaço na sociedade assumido através da campanha nacional do povo em 1947, que no primeiro momento buscava uma ação voltada para a alfabetização, e no segundo momento uma ação voltada para a capacitação profissional e para o desenvolvimento comunitário. Ainda, em 1947 nasce um movimento em favor da educação de adultos denominado Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos ó CEAA, este movimento se estendeu até 1950. Em 1950 ocorre uma nova etapa das discussões sobre a educação de adultos, cria-se a Campanha Nacional da Erradicação do Analfabetismo (CNEA).

Segundo Haddad e Pierro (2000), o período entre 1959 a 1964 foi de grande importância para a educação de jovens e adultos, chamado de período de luzes. Uma vez que houve a busca por uma renovação pedagógica marcada por diversos acontecimentos como: o Movimento de Educação de Base, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; e em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contou com a presença do professor Paulo Freire.

Foi dentro dessa conjuntura que os diversos trabalhos educacionais com adultos passaram a ganhar presença e importância. Buscava-se, por meio deles, apoio político junto aos grupos populares. As diversas propostas ideológicas, principalmente a do nacional desenvolvimentismo, a do pensamento renovador cristão e a do Partido Comunista, acabaram por ser pano de fundo de uma nova

forma de pensar a educação de adultos. (HADDAD; PIERRO, p.6, 2000)

Em 1964, ocorre o Golpe Militar, e com ele, de acordo com Sérgio Haddad e Maria Clara di Pierro (2000), acontece uma ruptura política nos movimentos sociais através da repressão. E da censura.

Durante o regime militar surge o MOBRAL¹, como resposta ao direito à cidadania, que foi pensado para atender adultos, porém passou a atender outros públicos. Ele não funcionava necessariamente nas escolas, e preparava cidadãos acrílicos para o mercado de trabalho².

Strelhow (2010) aborda as características econômicas da época:

No período militar, a economia brasileira é determinada pela redução do investimento, a diminuição da entrada de capital estrangeiro, a queda da taxa de lucro e a aceleração do processo inflacionário. Pode-se dizer que estas características são frutos de uma tentativa frustrada da fixação de um modelo econômico autônomo. Além disso, a economia brasileira se encontrava numa grande crise de nível conjuntural, que acabou continuando no início da Nova República. (STRELHOW, 2010, p.55)

Em 1971 surge o Supletivo, que vem de suplência, no sentido de recuperar o atraso. Segundo Laffin 2006, essa noção de atendimento como uma segunda oportunidade ao tempo da escolaridade perdida acaba gerando uma infantilização do ensino, por conta de uma formação docente voltada e construída para a lógica da escola para infância, da lógica do senso comum que entende que existe uma idade própria para aprender e da falta de estudos da psicologia do desenvolvimento na área.

Palacios (1995, p.312) aponta para o fato de que a idade adulta tem sido tradicionalmente encarada como um período de estabilidade e ausência de mudanças, e não como fase substantiva do desenvolvimento humano. Os pesquisadores alertam para o fato de que é preciso considerar a importância dos elementos socioculturais na constituição das características da idade adulta. Ou seja, as experiências e circunstâncias culturais, históricas e sociais contribuem para promover constantemente situações de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico. (PALACIOS apud LAFFIN, 2006).

O supletivo foi em teoria uma nova concepção de escola, porém como o MOBRAL, preparava para o mercado de trabalho. Em 1985 o MOBRAL foi extinto.

Segundo Oliveira (2007), é na Nova República onde se começa a especificar legalmente os direitos daqueles que não foram escolarizados da idade considerada ideal.

Os anos seguintes representam um período de democratização das relações sociais e das instituições políticas brasileiras ao qual correspondeu um alargamento do campo dos direitos sociais (HADDAD; PIERRO, p.12, 2000). O processo de democratização do país reflete na criação e publicação da Constituição Federal de 1988.

Esse processo de revitalização do pensamento e das práticas de educação de jovens e adultos refletiu-se na Assembleia Nacional Constituinte. Nenhum feito no terreno institucional foi mais importante para a educação de jovens e adultos nesse período que a conquista do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente de idade, consagrado no Artigo 208 da Constituição de 1988. Além dessa garantia constitucional, as disposições transitórias da Carta Magna estabeleceram um prazo de dez anos durante os quais os governos e a sociedade civil deveriam concentrar esforços para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, objetivos aos quais deveriam ser dedicados 50% dos recursos vinculados à educação dos três níveis de governo. (HADDAD; PIERRO, p.13, 2000).

O artigo 208, inciso I, dessa constituição, além de garantir o direito à educação independente da idade, apontava para o dever do Estado na oferta da educação de qualidade:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: I ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988).

Já o artigo 205 da Constituição define a educação da seguinte maneira:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1989, p. 99).

A Constituição de 1988 está em vigência até os dias de hoje, porém seu texto sofreu algumas adequações no decorrer do tempo.

De acordo com Sartori (2011), em 1996 as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foram marcantes para a regulamentação e organização das práticas e oferta da educação em diferentes níveis. No que diz respeito à EJA, a LDB 9.394/96 traz dois capítulos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Nova Redação ó Lei 11.471 (18/07/2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, p.32)

Ainda, segundo Sartori (2011), em 2008, o artigo 37 do texto original sofre uma modificação com a intenção de articular os cursos de EJA com a educação profissional. Essa articulação acontece ãa partir das orientações e encaminhamentos da política do governo federal sobre a expansão das escolas e do ensino técnico e profissionalizante. (SARTORI, 2011, p.60)

Também no início do artigo 37, entende-se que a lei tem a uma função reparadora, como uma espécie de tentativa em suprir as necessidades de um ãcontingente plural e heterogêneo de jovens e adultos, predominantemente marcado pelo trabalho. (BRASIL, 2000, p. 27). Desse modo,

[...] a EJA é entendida como dívida social, um direito negado em determinado momento histórico a jovens e adultos, e os poderes públicos são chamados a buscar formas de recompor esse direito através da legislação. Atender jovens e adultos não mais com campanhas ou programas, mas com propostas apropriadas e de acordo com as necessidades desses sujeitos históricos. (SARTORI, 2011, p.66)

Em 1997 surge o Programa Alfabetização Solidária, do governo Fernando Henrique Cardoso, que estabelece práticas de alfabetização ao público da EJA, nas universidades do sul e sudeste, e em diferentes cidades do nordeste e norte do Brasil.

Em 2003, o governo Lula cria o Programa Brasil Alfabetizado o que seguiu os mesmo passos do programa do governo anterior, sofrendo mudanças ao longo do percurso e das avaliações realizados pelo Ministério da Educação (SARTORI, 2011.p.79).

Segundo SARTORI (2011), além do Programa Brasil Alfabetizado, o governo Lula cria Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade³ (SECAD), para atender as demandas da educação continuada, em seus diferentes níveis, como: alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena, e diversidade étnico racial.

A SECAD tem como objetivo contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação, lançando, nos últimos anos, editais com o objetivo de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento da formação inicial continuada de professores e professoras na EJA, por exemplo. (SARTORI, 2011, p.66)

Em 2005 o governo Lula cria o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade EJA (PROEJA), com a intenção de garantir o direito e o acesso de jovens e adultos na rede federal de ensino, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Originário do Decreto nº 5.478, de 24/06/2005, e denominado inicialmente como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. [...] Assim, essas experiências, em diálogo com os pressupostos referenciais do programa, indicavam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas. Em resposta a algumas desses questionamentos, a revogação do Decreto nº 5.478/2005, pela promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, trouxe diversas mudanças para o p programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino

estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2007 b, p. 12).

Para melhor compreender as discussões do PROEJA apresenta-se a seguir alguns elementos históricos sobre o campo da educação profissional em que se insere o PROEJA ao articular formação básica com formação profissional.

2.2 A Educação Profissional no Brasil.

No Brasil a Educação Profissional tem início no princípio da colonização, neste momento os índios e os escravos são os primeiros aprendizes de ofícios. Fonseca (1961) esclarece que õhabitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais. (FONSECA, 1961 apud O PLANO..., 2007,p. 68)

No período colonial em Minas Gerais, a Educação Profissional aparece como ensino especializado, destinado à filhos de homens brancos empregados nas Casas de Fundação e de Moeda. Neste tipo de ensino havia uma banca examinadora que avaliava as habilidades dos aprendizes, que se fossem aprovados recebiam certificados. (BRASIL, 2009, p.1)

De acordo com Brasil (2009), nessa mesma época foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, que recrutava pessoas pelas ruas, presos com algum tipo de habilidade, e operários portugueses especializados no ofício.

Em 1785 os portugueses proibem a existência de fábricas, através do Alvará de 05/01/1785⁴, no Brasil, parando o desenvolvimento tecnológico.

Em 1800 ocorre õa adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao õamparoõ da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.õ (BRASIL, 2009, p.1).

Pereira (2003), ao apresentar o contexto econômicoóprodutivo, na 1a Etapa da Industrialização Brasileira afirma que:

[...] o famoso alvará de 1785, que proibiu a existência de fábricas na Colônia e mandou fechar as existentes, exceto as de panos grosseiros para enfardamento, roupa de escravos e empacotamento, foi revogado com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808. Por outro lado, pressionado pela necessidade de produtos para o abastecimento da Corte e pelos ingleses, D. João VI assinou em Salvador, o decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas e a partir daí, o livre-comércio estaria implantado em terras brasileiras. A tentativa de estabelecimento de uma produção de artigos manufaturados no Brasil não se sustentou em face de a política de portas abertas ter propiciado uma abundante entrada de bens importados em nosso país, principalmente da Grã-Bretanha. (PEREIRA, 2003, p.18).

E completa que:

A partir de 1840, a elevação das taxas de importação com o objetivo de aumentar a receita do Estado e as medidas de proteção às empresas nacionais acabaram por favorecer o surgimento de algumas empresas, em especial do setor têxtil. Estudos mostram que o desenvolvimento industrial brasileiro tornou-se significativo na década de 1880, 1890 e na primeira década do século XX. Entre 1885 e 1905 há um aumento superior a dez vezes na produção de tecidos de algodão, sendo que no final da década de 1920, as indústrias têxteis brasileiras atendiam a 90% da demanda interna. A industrialização brasileira, neste primeiro momento, se dá com o predomínio de indústrias leves: produtos têxteis, roupas, calçados e indústria de alimentos. (PEREIRA, 2003, p.18).

Em 1906, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o então Nilo Peçanha, iniciou no Brasil o ensino técnico através do Decreto n° 787, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola (MEC, 2009, p.2). Ainda, nesse ano, ocorre a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, através dos seguintes acontecimentos apresentados no texto do MEC⁵ em comemoração aos cem anos de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil:

- O projeto nacional de promoção do ensino prático industrial, agrícola comercial, que previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho;
- O aumento do orçamento destinado aos Estados para a instituição de escolas técnicas e profissionais elementares;
- Apoio a essas instituições do Presidente da república Afonso Pena, que assume nesse ano com o manifesto: *“A criação e multiplicação de institutos de ensino*

técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis. (BRASIL, 2009, p.2).

Segundo o MEC, em BRASIL (2009), em 1909, após o falecimento de Afonso Pena, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil, e em 23 de setembro desse mesmo ano assina o Decreto nº 7.566⁶, que justifica sua criação considerando o aumento constante da população operária, exigindo assim, a necessidade de habilitar os filhos da classe operária com preparo técnico e intelectual, e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, afastando-os a ociosidade, do vício e do crime. Assim o governo da república cumpriria o seu dever de formar cidadãos úteis à Nação. (PEREIRA, 2003, p.23) Através desse decreto criam-se dezenove *Escolas de Aprendizes Artífices*, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Pereira (2003) aborda o contexto social da época:

O surgimento das Escolas de Aprendizes e Artífices se dá em um contexto caracterizado pela rearticulação da produção em torno de um mercado com base na força de trabalho livre. Para a construção dessa sociedade do trabalho se tornava crucial elevar a importância e conferir positividade ao trabalho manual, cuja história reservara a marca do desprestígio social, em face de seu exercício se inserir no ramo do fazer escravo. (PEREIRA, 2003, p.21).

E ainda afirma que:

A combinação da imigração, da industrialização e da urbanização nas primeiras décadas da República mudou, substantivamente, a estrutura da sociedade brasileira (em especial a paulistana) com significativos reflexos para a educação do país, em particular para a educação profissional. (PEREIRA, 2003, p.23).

Em 1927, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Fidéris Reis que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.

A década de 30 foi um período impulsionado por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes. (BRASIL, 2009, p.4) Assim, em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e com ele foi formada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que tinha a função de supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, anteriormente ligadas ao Ministério da Agricultura. Quatro anos após essa inspetoria transformou-se em Superintendência do Ensino Profissional.

O artigo 129 da Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a abordar particularmente do ensino técnico, profissional e industrial:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão a Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, Constituição de 1937, p.33, artigo 129)

Em 1941 ocorre a Reforma Capanema⁷ que transformou o ensino no país, e com ela o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico, industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestría. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL, 2009, p.4).

De acordo com BRASIL (2009, p.4), em 1942, através do Decreto nº 4.127, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas. Com isso começa, formalmente, no Brasil o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, assim todos os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. (BRASIL, 2009, p.4).

Em Santa Catarina, a instituição mudou seu nome em 1965 com a lei nº 4.759, de 20 de agosto, passando a se chamar Escola Industrial Federal de Santa Catarina. Três anos depois, criou-se a portaria nº 331, de 17 de junho, que mudou o nome a instituição para Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Segundo Almeida (2002), o

objetivo na época era o de especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atualmente chamado ensino médio).

Em 1994, a lei federal de nº 8.984, transformou as Escolas Técnicas Federais, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Em Santa Catarina essa mudança foi oficializada somente em 2002. Depois dessas mudanças, as instituições começaram a oferecer também cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu*.

A última mudança no nome da instituição aconteceu em 2008, com a lei nº11.892/2008, com ela os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), passam a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais (IFs) além de oferecerem educação básica, profissional e superior eram especializados em educação profissional e tecnológica, além do fortalecimento da inclusão da pesquisa e extensão na instituição.

Na época de sua criação, pela Lei 11.892/2008, os institutos federais (IFs) foram um tipo de instituição de ensino nova no País. Atuando tanto na educação básica como na profissional e na superior, os IFs oferecem cursos em diversos níveis, desde a formação inicial e continuada (FIC) até a pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). A lei exige que pelo menos 50% das vagas sejam abertas em cursos técnicos e outros 20% para cursos de licenciatura, que visam a formar professores. Por meio de regulamentação interna, o IFSC estabeleceu, ainda, que 10% de suas vagas a partir de 2014 serão abertas para cursos que integram a educação profissional com a educação de jovens e adultos. (IFSC, 2013).

A educação profissional no Brasil nos últimos anos passou por diversas transformações, com a expansão da rede federal de ensino e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Uma das mudanças mais marcantes se deve a criação do PROEJA, em 2005. A seguir apresenta-se um breve histórico e as características desse programa.

2.3- Breve Histórico, Princípios, e Concepções norteadoras do PROEJA.

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi elaborado em 2005, através do Decreto Nº 5.478. A princípio o programa era dirigido por instituições da

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Segundo Frigotto, Ciavatta, e Ramos (2005), o governo da época cria o PROEJA, que sob a ação do MEC, obriga a rede federal de educação técnica e tecnológica, os CEFETs⁸, a destinarem 2006, o equivalente a 10% das vagas ofertadas em 2005 para o ensino médio integrado à educação profissional para jovens acima de 18 anos e adultos que cursaram o ensino fundamental. Os autores ainda apontam uma crítica quanto ao interesse da rede sobre o programa:

[...] esses cursos terão uma carga horária de educação geral e profissionalizante sensivelmente diferente da carga horária dos cursos regulares da rede. Note-se ainda que, neste momento, o interesse principal da rede volta-se para acumular recursos intelectuais, organizacionais e financeiros para se tornarem, efetivamente, instituições de ensino superior. Prevê-se que o PROEJA seja uma ação residual para o MEC e para os CEFETs. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, p. 1105, 2005).

Em 2006 o programa foi estendido com a inserção das redes estaduais e municipais de ensino, e das entidades vinculadas ao Sistema S⁹ no nível fundamental além do médio. Com isso manteve-se a sigla PROEJA, porém o programa passou a ser chamado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA,ö[...] tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuasö (BRASIL, 2006, p. 9).

De acordo com Coelho e Gonçalves (2013), a implantação do PROEJA na Rede Federal¹⁰ prejudicou a autonomia das instituições, pois foi feita de maneira impositiva, em um contexto complexo, já que estas instituições não tinham experiência nessa modalidade de ensino, e seus profissionais não possuíam formação adequada. Porém, é necessário considerar a importância social do PROEJA, pois este possibilita a elevação da escolaridade e a profissionalização de jovens e adultos, além de ãapontar para a constituição de uma política pública que busca modificar o quadro de ações descontínuas e insuficientes observadas ao longo da história da educação de jovens e adultos no Brasilö. (COELHO; GONÇALVES, p.64; 2013).

Segundo Mecheln (2013), o Proeja busca disponibilizar e oportunizar para jovens e adultos que já atuam no mercado formal ou informal de trabalho ou que não finalizaram seus estudos no tempo dito regular, à educação profissional, além da

necessária alfabetização. A autora ainda apresenta as instituições que atualmente ofertam o programa:

Para ofertar e executar cursos do PROEJA, o MEC conta com escolas municipais e estaduais, a rede federal de educação profissional e entidades privadas nacionais de serviço social ó conhecidas como Sistema S. Atualmente a EJA também é ofertada como parte integrante do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ó PRONATEC ó, o que certamente gera debate devido ao caráter aligeirado do mais recente programa, porém esta questão carece e merece mais pesquisas e discussões. (MECHELN, 2013, p.03).

O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, este programa foi criado em 2011, pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2012)

No que se refere à questão PROEJA e PRONATEC, Araújo e Silva (2012, p.21), afirmam que suas bases teórico-metodológicas são antagônicas. E questionam que se o Estado brasileiro, por intermédio da SETEC/MEC, está de fato preocupado com a formação humana integral. Já que o Proeja que tem como objetivo focalizar dimensões da integração formal, operacional e epistemológica é vinculado ao PRONATEC, que têm uma formação aligeirada para o trabalho manual e braçal, com a intenção de atender o mercado de trabalho capitalista.

Os objetivos do PROEJA são: o de reverter a estatística de 68 milhões de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental, publicada pelo PNAD em 2003; e promover o direito à educação e à cidadania.

O documento base do PROEJA de agosto de 2007, elaborado pelo Ministério da Educação a fim de elucidar e conduzir as propostas de ação do programa, aponta para a imprescindibilidade de cumprir este duplo objetivo, o de promover a melhora das condições de inclusão social, econômica, política e cultural, além de proporcionar a elevação da escolaridade de jovens e adultos. Destaca a necessidade de formação docente e de gestores, além da construção efetiva de uma rede de contribuição acadêmica. E reforça ainda, a importância de produção de novos documentos referenciais, assim como a importância de ações que viabilizem o programa.

Entre essas ações destacam-se a formação, em nível de pós-graduação lato sensu, de docentes e gestores e a constituição de núcleos de pesquisa visando a materialização de redes de colaboração acadêmica. Diversos outros planos estão em andamento: qualificação de profissionais através de cursos de extensão; articulação com

programas de pós-graduação em Educação para abertura de linhas de pesquisa nos campos de abrangência do PROEJA e produção de material educativo referencial para a elaboração de material didático (BRASIL 2007, p.05).

Segundo Araújo e Silva (2012), a escassez de pesquisas que tem como objeto a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos fez com que a SETEC/MEC¹¹ tivessem um motivo para elaborar o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica de Jovens e Adultos (PROEJA- CAPES/ SETEC). A partir deste programa criou-se um convênio entre a SETEC e a CAPES, através o Edital PROEJA-CAPES/SETEC n° 03/2006, com o objetivo de incentivar e promover as pesquisas sobre o PROEJA.

As pesquisas no âmbito do Proeja- Capes/ Setec são definidas como pesquisas em rede, organizadas em torno de temas de interesse em comum, em instituições diferentes. Por constituir-se em parceria entre instituições, possibilita a interferência de experiências em pesquisa. (ARAÚJO; SILVA, 2012, p.07).

Nesse contexto das pesquisas e reflexões realizadas cabe ressaltar a relevância desta investigação que busca identificar/analisar no contexto dos Programas de Pós-Graduação de Santa Catarina, nos cursos de mestrado e doutorado as pesquisas que tem como objeto o PROEJA.

3. METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO EM SC SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

De acordo com Mecheln (2013) o monitoramento e a análise de pesquisas recentes, como as que têm como objeto o PROEJA, é fundamental em função de ainda contarmos com poucas produções, até mesmo pela recente implementação do mesmo.

Romanowski e Ens (2006) afirmam que pesquisas vêm mostrando a necessidade e a importância de se acompanhar as mudanças e as evoluções no campo da educação. Principalmente por este ser um campo que, segundo Almeida (2012), sofre com a ausência de colaborações teórico-metodológicas nas pesquisas, já que estas geralmente estão ligadas ao saber fazer.

Contudo, a discussão acerca do campo epistemológico deve ser frequente e indispensável, pois as ciências da educação possuem uma realidade institucional, administrativa, organizacional, mas não têm existência epistemológica específica (CHARLOT, 2006, p.8).

Ainda, segundo Viana (2012), as pesquisas do tipo Estado da Arte ou Estado do Conhecimento apresentam caráter bibliográfico e têm por objetivo mapear/ sistematizar as formas e condições da produção de conhecimentos de determinado campo ou área, do saber por meio das produções científicas. Essas pesquisas caracterizam-se como um levantamento bibliográfico, sistemático, analítico e crítico da produção acadêmica sobre determinada temática. Através deste levantamento torna-se possível descobrir e analisar os objetos mais pesquisados e os conhecimentos que já foram elaborados, assim como desvelar as brechas existentes em um determinado tema e apontar para novos enfoques.

De acordo com Soares e Maciel (2000) esse tipo de investigação é imprescindível para a compreensão do processo de evolução da ciência, pois:

[...] podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema e sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. Essa compreensão do estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições e a determinação de lacunas ou vieses. (SOARES; MACIEL, 2000, p. 9).

Romanowski e Ens (2006) trazem a diferença entre as pesquisas denominadas do tipo estado da arte e as pesquisas do tipo estado do conhecimento:

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada estado da arte, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um estado da arte sobre Formação de Professores no Brasil não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de estado do conhecimento (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39-40).

Sendo assim propõem-se a partir dos resultados acumulados através do processo de pesquisa descrito acima a elaboração sistematizada de um panorama das pesquisas *stricto sensu* em Santa Catarina, voltada à temática em questão.

A pesquisa será desenvolvida sob os seguintes procedimentos metodológicos tomando como base as orientações de Romanowski e Ens (2006, p.42/43).

- “ Levantamento das teses e dissertações - na base de dados da CAPES¹² e das instituições em que as pesquisas foram realizadas (site e bibliotecas universitárias)
- “ Leitura dos resumos das publicações disponibilizadas nas bases de dados em questão, e construção de síntese prévia, levando em conta o tema, os objetivos, as problemáticas, as metodologias, as relações entre o pesquisador e a área, e os resultados;
- “ Apresentação dos dados (através de quadros) categorizados por instituições, temporalidade, focos temáticos, referências teórico-metodológicos, e contribuições das pesquisas;
- “ Leitura analítica dos dados presentes nos quadros;
- “ Sistematização das sínteses de acordo com a apresentação dos dados, apontando as tendências dos assuntos tratados e as relações apontadas nas pesquisas de mestrado e doutorado;
- “ Análise e considerações finais.

4. APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS *STRICTO SENSU* EM SANTA CATARINA, VOLTADA À TEMÁTICA PROEJA.

A investigação buscou publicações produzidas nas universidades que possuem programas de pós-graduação em Santa Catarina, através das palavras chave: PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e EJA. Ainda, fez um recorte de tempo a partir da criação do programa (2005), até este ano (2014), porém, como indica o *quadro 1*, abaixo, foram encontradas no período de 2008 a 2013, sete (7) publicações, classificadas em uma (1) tese de doutorado, e seis (6) dissertações de mestrado. Tais pesquisas foram a princípio categorizadas de acordo com sua temporalidade, titulação e instituição:

Quadro 1: Organização por temporalidade, instituição e natureza das pesquisas (tese ou dissertação).

Ano	Pesquisas identificadas por instituições	Dissertação	Tese	Total
2008	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	1		1
2009	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	1		1
2010	Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC	1		1
2011	Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC		1	1
2012	Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC	1		2
	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	1		
2013	Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE	1		1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2014.

Em relação à temporalidade percebe-se uma constância no número de pesquisas publicadas, com uma média de uma (1) por ano das pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* realizadas em Santa Catarina com a temática PROEJA a partir do ano de 2008. Já no ano de 2012, foram encontradas duas pesquisas publicadas sobre o tema.

Com relação à localização dos trabalhos temos: A Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC possui três (3) publicações, sendo duas (2) dissertações e uma (1) tese; nas demais universidades indicadas na tabela há apenas uma (1) dissertação em cada uma.

Analisando o *quadro 1* constata-se que as instituições de ensino superior que possuem trabalhos *stricto sensu* em Santa Catarina com a temática PROEJA, estão distribuídas em diferentes regiões do estado, nas seguintes cidades: Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joaçaba e Joinville.

Com relação aos programas de pós-graduação temos as áreas de conhecimento de Educação e Educação Científica e Tecnológica, conforme o *quadro 2* a seguir.

Nesse *quadro* apresenta-se o conjunto das sete pesquisas analisadas identificando autor, fonte e orientador/orientadora, situadas em relação à sua instituição, titulação, área do conhecimento e ano.

Quadro 2: Produções acadêmicas *stricto sensu* nos programas de pós-graduação em Santa Catarina, distribuídas por: orientador, instituição, titulação, área do conhecimento, e ano.

	PESQUISAS POR AUTOR, FONTE E ORIENTADOR/ORIENTADORA.	INSTITUIÇÃO/TITULAÇÃO	ÁREA DO CONHECIMENTO/ANO.
1	COAN, Lisani Gení Wachholz. A Implementação do PROEJA no CEFET-SC: Relações Entre Seus Objetivos, os Alunos e o Currículo de Matemática. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91538/251264.pdf?sequence=1 / Orientador: Ademir Donizete	UFSC/ Mestrado	Educação Científica e Tecnológica /2008
2	ROLOFF, Micheli Cristina Staroski. Representações sociais de matemática: um estudo com alunos da educação de jovens e adultos. Disponível em: http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=647 /Orientador: Maria Helena Batista Vilares Cordeiro	UNIVALI/ Mestrado	Educação/2009
3	SCIREA, Marlene Maria Fumagali. Formação de professores para educação profissional técnica de nível médio. Disponível em: http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/mestrado/Marlene_Maria_Fumagali_Scireah.pdf / Orientador: Leda Scheibe.	UNOESC/ Mestrado	Educação/2010
4	RAMOS, Elenita Eliete de Lima. Propondo práticas e desafiando certezas: um estudo em turma do PROEJA numa perspectiva de educação matemática crítica. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95922/300757.pdf?sequence=1 / Orientador: Claudia Regina Flores	UFSC/ Doutorado	Educação Científica e Tecnológica/2011
5	BURIGO, Tiago dos Santos. Ideologia e identidade cultural nos materiais didáticos da educação de jovens e adultos no Brasil. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/1053/Tiago%20dos%20Santos%20B%20C3%BArigo.pdf?sequence=1 /Orientador: Gladir da Silva Cabral.	UNESC/ Mestrado	Educação/2012
6	COELHO, Karine dos Santos. Saberes docentes dos professores de ciências que atuam no PROEJA de Santa Catarina. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Karine-dos-Santos-Coelho.pdf Orientador: Rejane Maria Ghisolfi da Silva	UFSC/ Mestrado	Educação Científica e Tecnológica/2012
7	GOES, Josiane Meyer de. A educação de jovens e adultos na rede municipal de Joinville: caminhos e descaminhos na implantação das	UNIVILLE/ Mestrado	Educação/2013

políticas públicas. Disponível em:		
http://univille.edu.br/community/mestrado_ed/VirtualDisk.html?action=readFile&file=Dissertacao_Josiane_Meyer_de_Goes.pdf&current=/Dissertacoes_turma_I/ Orientador: Elizabete Tamanini.		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2014.

Não houve destaques entre os orientadores, referente ao número de orientação, pois foi encontrado um (1) orientador diferente para cada tema. As pesquisas contaram com a orientação dos seguintes professores doutores: Ademir Donizete, Claudia Regina Flores, Elizabete Tamanini, Gladir da Silva Cabral, Leda Scheibe, Maria Helena Batista Vilares Cordeiro, Rejane Maria Ghisolfi da Silva. Este dado evidencia que não se constituiu um campo de pesquisa específico sobre o PROEJA, ou seja, não se apresenta um orientador que tenha como objeto de estudo o PROEJA, mas que o programa é tomado como o lócus de desenvolvimento dessas pesquisas articuladas a outras problemáticas de pesquisa (Ex. ensino de matemática, de ciências, políticas públicas em geral e da EJA, etc..

Desse modo, o levantamento das pesquisas apresentadas no *quadro 2* apontam os seguintes focos de pesquisa: a formação dos professores do PROEJA; análise do material didático do PROEJA; as representações sociais da matemática no PROEJA e o currículo; didática da matemática no PROEJA; implementação do PROEJA e Políticas Públicas da EJA. O *quadro 3* a seguir, que revela os focos de pesquisa, a instituição do programa de pós-graduação e a natureza da pesquisa (dissertação ou tese):

Quadro 3: Total de pesquisas por foco de pesquisa.

FOCO DA PESQUISA	INSTITUIÇÃO	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL DE PESQUISAS.
As representações sociais da matemática no PROEJA e o currículo.	UFSC	2		2
	UNIVALI			
A formação dos professores do PROEJA	UNOESC	2		2
	UFSC			
Didática da matemática no PROEJA	UFSC		1	1
Análise do material didático do PROEJA	UNESC	1		1
Políticas públicas e EJA	UNIVILLE	1		1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2014.

De acordo com o *quadro 3* foram encontradas duas (2) dissertações com o foco nas representações sociais da matemática no PROEJA e o currículo, duas (2) dissertações com o foco na formação dos professores do PROEJA, uma (1) tese com o foco na didática da matemática no PROEJA, uma (1) dissertação com o foco na análise

do material didático do PROEJA, e uma (1) dissertação com o foco nas políticas públicas e EJA.

4.1 Análise dos resumos: objetos das pesquisas PROEJA e referenciais teórico-metodológicos.

Nos resumos das pesquisas encontradas para a construção deste estudo do estado do conhecimento foram constatados alguns problemas no sentido de encontrar informações sobre objetivos, metodologia, desenvolvimento, foco, referenciais teóricos e possíveis resultados. Criando assim, dificuldades de análise dessas pesquisas, podendo-se produzir diferentes interpretações daquelas analisadas somente pelo resumo.

Nesse sentido, encontra-se um contratempo aos pesquisadores ao longo dos estudos, pois em diversas vezes há a necessidade de leitura completa da pesquisa selecionada para a obtenção de informações mais concretas. Contudo, apresenta-se a seguir uma análise dos resumos das pesquisas *stricto sensu* nos programas de pós-graduação em Santa Catarina encontradas, em relação às abordagens teórico-metodológicas das pesquisas, destacando que esta será parcial em função da falta de informações apresentadas nos resumos em alguns casos.

Ressalta-se que em diversas pesquisas os resumos não reconhecem o PROEJA como objeto de estudo, mas o programa constituía o contexto em que os trabalhos foram desenvolvidos. Com isso, entende-se que por um lado é necessário maior aprofundamento teórico neste campo, e por outro, revela-se que essas pesquisas de alguma forma necessitam entender pelo menos alguns elementos em relação ao PROEJA.

4.1.1 Sobre os objetos das pesquisas PROEJA

Ao analisar os resumos é possível classificar os seguintes eixos: currículo, material didático, percepção dos sujeitos, formação de professores e política de oferta de EJA. Estes eixos e classificações com base nos resumos são apresentados a seguir, identificados a partir de seus objetos de estudo:

1. Sobre a questão do Currículo:

- a. Abordar as relações que se estabelecem entre os objetivos do PROEJA, as expectativas, as necessidades e os desejos dos alunos e os

conhecimentos específicos do Currículo de Matemática deste Programa. (COAN, 2008)

- b. Propor e analisar práticas educativas numa perspectiva de Educação Matemática Crítica em turmas do PROEJA. (RAMOS, 2011)

2. *Sobre a questão do Material didático:*

Investigar as cartilhas intituladas *Primeiro guia de leitura Ler e Segundo guia de leitura Saber; o Manual do Monitor do Método Paulo Freire*, usados no passado recente brasileiro e o livro didático *Diversidade, cultura e trabalho*, que vem sendo utilizado atualmente, a fim de comparar a tipologia textual e as atividades sugeridas pelos livros, bem como a representação das identidades culturais presentes nos materiais. (BURIGO, 2012)

3. *Sobre a questão da percepção dos sujeitos:*

- a. Caracterizar o conteúdo, a estrutura e a dinâmica da representação social sociais sobre Matemática dos alunos do PROEJA. (ROLOFF, 2009)
- b. Investigar e analisar os saberes docentes dos professores de Ciências do PROEJA que atuam no IFSC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina). (COELHO, 2012)

4. *Sobre a questão da política de formação docente:*

Pesquisar a Formação dos Professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com a intenção de entender o cenário atual desta formação, inclusive sua atual proposição. (SCIREA, 2010)

5. *Política de oferta de EJA:*

No contexto da pesquisa, Goes (2013) ao situar os programas de EJA desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Joinville/SC, traz entre eles a modalidade presencial nos 1º e 2º segmentos, na modalidade semipresencial, o sistema modular, as telessalas, o Projovem, a educação em espaços de privação de liberdade e o PROEJA-FIC. Assim teve como objetivo refletir sobre o processo de construção da EJA como política pública de Estado, assim como evidenciar a ampliação do direito à Educação como elemento intrínseco à condição humana. (GOES, 2013).

4.1.2 Sobre os referenciais teórico-metodológicos das pesquisas

Quanto aos referenciais teóricos das pesquisas foi levantada a contribuição dos principais autores que fundamentam as pesquisas analisadas. Desse modo, no *quadro 4* sistematizam-se esses autores perante o foco da pesquisa em relação ao PROEJA:

Quadro 4: Distribuição quanto ao eixo de pesquisa, autor e ano, e fundamentação teórica.

EIXO DE PESQUISA	AUTOR/ANO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
Currículo e educação matemática no PROEJA	COAN (2008)	<ul style="list-style-type: none"> • A contribuição da Pedagogia Dialógica (FREIRE¹³); • O desejo de aprender (MARTINS¹⁴); A relação de reciprocidade: LAFFIN¹⁵; • O fracasso escolar e a relação com o saber, segundo (CHARLOT¹⁶); • Educação Matemática para EJA: (FONSECA¹⁷); • Implementação do PROEJA (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS)¹⁸
	RAMOS (2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Os princípios básicos da Educação Crítica e mais particularmente da Educação Matemática Crítica (JACOBINI¹⁹), (MELLIN-OLSEN²⁰); • Ações, atuações e participações dos seres humanos na sociedade (FREIRE²¹), (D'AMBRÓSIO²²), (GIROX e SKOVSMOSE²³)
Material Didático	BURIGO (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Método de alfabetização, teorias sobre educação de adultos e conceito de educação popular (FREIRE²⁴); • Formação da identidade cultural (HALL²⁵); • Os gêneros do discurso e o conceito de ideologia (BAKHTIN²⁶).
Percepção do sujeito e representações sociais	ROLLOFF (2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Representações sociais (MOSCOVICI²⁷); • EJA no Brasil: (GADOTTI e ROMÃO²⁸), (CURY²⁹); • Matemática (FONSECA³⁰), (RUIZ³¹) e (GARCÍA³²); • Os princípios da aprendizagem (SANCHES e BRAVO³³), (OLIVEIRA³⁴)
Política de oferta	GOES (2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Educação e direitos humanos: aspectos históricos (BOBBIO³⁵), (FREIRE³⁶) • EJA (HADDAD, 1988³⁷) (SARTORI³⁸), (TORRES³⁹), (ARROYO⁴⁰)
Saberes docentes do professor de ciências no PROEJA	COELHO (2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências (PEDROSA⁴¹) (CACHAPUZ, PRAIA e JORGE⁴²) • Inter e transdisciplinaridade (SANTOME⁴³), (FAZENDA⁴⁴), (THIESEN⁴⁵) • O mundo do trabalho e das relações sociais contemporâneas (KUENZER⁴⁶); • Saberes docentes (TARDIF⁴⁷); • Prática da docência (FREIRE⁴⁸).
Formação de professores e educação profissional	SCEREA (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Formação dos professores para as disciplinas específicas do ensino técnico (MACHADO⁴⁹) e (PETEROSSO)⁵⁰

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2014.

O quadro apresenta uma variedade de autores que fundamentam as pesquisas e organiza seus respectivos campos conceituais: Currículo e educação matemática no PROEJA, Material Didático, Percepção do sujeito e representações sociais, Política de

oferta, Saberes docentes do professor de ciências no PROEJA e Formação de professores e educação profissional.

Já o *quadro 5* apresenta as indicações dos resultados presente nos resumos das pesquisas analisadas e seus autores:

Quadro 5: Resultados das pesquisas organizado por autor e ano.

AUTOR E ANO	INDICAÇÕES DOS RESULTADOS NOS RESUMOS IDENTIFICADOS:
COAN(2008)	<p>A autora constata o desejo dos alunos em prosseguir com seus estudos depois da conclusão do PROEJA ãna expectativa de buscar no CEFET-SC a chance õúnicaõ de conseguirem uma certificação profissionalõ, porém essa expectativa é contrariada quando percebem que há õum descompasso entre os objetivos do PROEJA e o Currículo de Matemática, uma vez que ele está muito aquém daquilo que realmente desejam e necessitam.õ</p> <p>A autora ainda aponta para a perspectiva de um currículo integrado para esse Programa, de modo que, de fato se concretize um novo paradigma no campo da EJA.</p>
ROLOFF(2009)	<p>Após a análise a autora revela três categorias de representação social sobre a matemática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • õSimbolização-atividade mental, que traduz a idéia de uma Matemática simbólica, e expressa pela atividade mental e aproximada do conhecimento científicoõ; • õAprendizagem da matemática (escolar)- revela os conteúdos da matemática escolar, dividida entre a sala de aula e a aprendizagemõ; • õJá a categoria Minha relação com a matemática (cotidiano), as evocações remontam a como cada um dos sujeitos se relaciona com a matemática e expressam as necessidades do curso ou daquilo que estão estudando. O estudo ainda apontou para outras direções, referentes à condição de ser sujeito EJAõ.
SCIREA(2010).	<p>Segundo a autora, õos resultados da investigação demonstram que na última década as políticas educacionais revelam esforços no sentido de superar a dualidade mencionada, propondo um ensino médio integrado à formação profissional. Conclui-se que a formação de professores do ensino médio ainda é um grande desafio, embora uma análise da atual proposta para a formação dos professores da EPTNM apresentada pela SETEC/MEC mostre que ela pode ser como um caminho para a formação necessária a estes profissionaisõ.</p>
RAMOS (2011)	<p>De acordo com a autora, õa pesquisa desenvolvida mostrou que há elementos que são essenciais para a construção de uma Educação Matemática Crítica em turmas do PROEJA: os interlocutores da ação educativa, a dialogicidade, a problematização, os saberes dos educandos, o conteúdo a ser desenvolvido e a postura do professorõ.</p>
BURIGO (2012)	<p>Após a análise o autor revela que õEnquanto o material produzido por Paulo Freire atendia às necessidades de grupos sociais específicos, locais, o material atualmente produzido é feito em escala nacional e, portanto, tenta ser abrangente em <small>relação às classes, culturas e regiões, e por isso mesmo é marcado por generalizações e limitações</small>. O atual material não dá conta da riqueza e da diversidade da realidade nacional brasileiraõ</p>
COELHO (2012)	<p>Segundo a autora os resultados obtidos revelam que õos professores não são meros executores dos diferentes discursos que circulam no contexto escolar. Eles movimentam e constroem saberes que são emergentes dos processos formativos e da experiência docente; o currículo integrado ainda não é realidade no curso; o Projeto Político-Pedagógico (PPP) está ausente na construção dos planejamentos de ensino, o que pode</p>

	descaracterizar a identidade do curso; práticas de ensino com ênfase na ciência, tecnologia e sociedade (CTS) ainda são tímidas, bem como o ensino pautado pela pesquisa. Por outro lado, os docentes manifestam preocupação em atender as especificidades do curso, aproximando os conteúdos de ensino das vivências dos alunos.
GOES (2013)	De acordo com a autora, através da pesquisa é possível visualizar alguns avanços nas políticas públicas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, mas também se revela que estas políticas ainda muito aquém do desejável para uma universalização do direito à educação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2014.

O *quadro 5* indica resultados, tanto no que se refere a sujeitos estudantes e professores, nos espaços do ensinar e aprender e da formação docente, assim como em relação as políticas de oferta e de organização curricular . Tais questões serão melhor explicitados nas considerações finais na sequencia deste trabalho de conclusão de curso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explicar os fundamentos necessários para embasar pesquisas sobre o PROEJA. Neste sentido, o PROEJA aparece como um programa que surge para suprir uma dívida com a classe trabalhadora, em busca de [...] formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 26).

Atualmente, o PROEJA está marcado por um contexto de tensão e contradição por conta da disputa da política pública com o PRONATEC, que tem uma perspectiva de formação aligeirada, voltada para o mercado.

Mediante os referenciais teóricos deste trabalho de pesquisa e considerando as pesquisas analisadas que foram realizadas em Santa Catarina que abordam o PROEJA é possível constatar e indicar os seguintes elementos:

- a) a compreensão dos estudantes sobre o próprio programa e à condição do sujeito estudante da EJA;
- b) a necessidade de melhor estruturar a questão curricular, uma vez em que se aponta o PROEJA como um novo paradigma no campo das políticas de EJA, no entanto, um campo ainda em disputa e constituição, uma vez que se compreende que os professores não são meros executores dos diferentes discursos que circulam no contexto escolar. Eles movimentam e constroem saberes que são emergentes dos processos formativos e da experiência docente; o currículo integrado ainda não é realidade no curso (COELHO, 2012).
- c) há um esforço na última década de ampliação da formação dos docentes do PROEJA, mas que ainda constitui um grande desafio principalmente na busca da integração entre educação básica e profissional;
- d) há reflexões sobre áreas disciplinares de matemática e ciências que constituem o programa, mas que essas apenas são das áreas da educação básica e ainda não se identificou pesquisas que abordassem a questão da formação profissional em si, ao considerar que as mesmas foram realizadas no contexto de um programa de pós-graduação intitulado Educação Científica e Tecnológica., ou seja que o PROEJA ainda não constitui

preocupação como foco de pesquisa para os professores que atuam na formação profissional;

- e) em relação ao material didático, a pesquisa traz uma importante reflexão no que se refere à análise da diversidade cultural regional e nacional e que os mesmos não dão conta dessa realidade. O que se indica que ainda há a necessidade de problematizar os materiais didáticos utilizados pelo programa, no que se refere a integração curricular, da educação básica e educação profissional;
- f) por último, em relação à questão da própria política do PROEJA Goes (2013) afirma que é possível visualizar alguns avanços nas políticas públicas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, mas também se revela que estas políticas ainda estão muito aquém do desejável para uma universalização do direito à educação, portanto, uma política ainda no reconhecimento e disputa de espaço tanto pelos organismos governamentais (como por exemplo na disputa de espaço do PRONATEC) , assim como no contexto das próprias instituições de ensino na oferta dos programas: PRONATEC e PROEJA.

Para finalizar, a presente pesquisa constitui-se o fim de uma etapa, e o início de um longo trabalho, restando a oportunidade para que outras pesquisas possam continuar essa análise no futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Dos aprendizes artífices ao CEFET-SC: resenha histórica**. Florianópolis: CEFET-SC, 2002.

ALMEIDA, Natália Regina de. A pesquisa em educação e o debate teórico-metodológico: ausência ou possibilidade? **Democratizar**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, jan./jul. 2012.

ARAUJO, Abelardo Bento; SILVA, Maria Aparecida da. **O PROEJA e o estado: síntese a partir de teses e dissertações sobre o programa**. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 21 ó Educação de Jovens e Adultos: políticas de inclusão, trabalho e tecnologia, [s.l: s.n], 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

_____. Decreto n.5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos ó PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato20042006/006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em: 16 abr. 2014.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

_____. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das disposições constitucionais transitórias; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007b.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v.134, n. 248, p. 27833-41. 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui no âmbito federal o programa nacional da integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. O que é o Pronatec?. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em 20 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. Programa nacional de integração da educação profissional com educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Documento base. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014

_____. Ministério da Educação. **Rede de educação para a diversidade**. Brasília, DF: MEC, 2009.

_____. Parecer CNE/CEB n.11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2000.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 18 abr.1997.

_____. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13175>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **Constituição de 1937**, p.33, artigo 129. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

BURIGO, Tiago dos Santos. **Ideologia e identidade cultural nos materiais didáticos da educação de jovens e adultos no Brasil**. 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) ó UNESC, Criciúma, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/1053/Tiago%20dos%20Santos%20B%20C3%BArigo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n.31, p.7-18, jan./abr. 2006.

COAN, Lisani Gení Wachholz. **A implementação do PROEJA no CEFET-SC: relações entre seus objetivos, os alunos e o currículo de matemática**. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) ó UFSC, Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91538/251264.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

COELHO, Juçara Eller; GONÇALVES, Aparecida Rocha. PROEJA: O desafio da integração. **Revista Técnico Científica do IFSC**, n. 3, p. 63, 2013.

COELHO, Karine dos Santos. **Saberes docentes dos professores de ciências que atuam no PROEJA de Santa Catarina**. 2012.171f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) ó UFSC, Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Karine-dos-Santos-Coelho.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**.2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>>. Acesso em 05 abr. 2014.

GOES, Josiane Meyer de. **A educação de jovens e adultos na rede municipal de Joinville: caminhos e descaminhos na implantação das políticas públicas**. 2013, 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) ó UNIVILLE, Joinville, 2013. Disponível em: <http://univille.edu.br/community/mestrado_ed/VirtualDisk.html?action=readFile&file=Dissertacao_Josiane_Meyer_de_Goes.pdf¤t=/Dissertacoes_turma_I>. Acesso em: 05 abr. 2014

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501407>>. Acesso em: Abr. de 2013.

IFSC. **Histórico do IFSC**. [s.l: s.n]. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/menuinstitucional/missao?id=152>>. Acesso em: 08 jun. 2014

_____. **Mudança de CEFET-SC para IFSC completa cinco anos**, [s. l: s.n], 2009. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/institucional/3781-mudanca-de-cefet-sc-para-ifsc-completa-cinco-anos>>. Acesso em: 08 jun.2014

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Tempos e percursos de jovens e adultos: por uma escolaridade 'não perdida' In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 6., 2006. Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: ANPED SUL: PPGE/UFSM, 2006. CD Room.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MECHELN, Morgana Zardo von. **Estado do conhecimento do PROEJA no banco de teses da capes (2007 a 2011)**, Trabalho final apresentado à disciplina seminário de dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Reforma capanema In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** ó Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=371>>. Acesso em: 30/05/2014

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. Educação de jovens e adultos: o direito à educação. In: Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., COLE, SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 10., 2007. Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2007, <http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf>. Acesso em: 12 maio. de 2014

O PLANO de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas ó PDE ó Ministério da Educação, Brasília: MEC, 2007.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede federal de educação profissional e o desenvolvimento local**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) ó Universidade Candido Mendes, Goytacazes, RJ, 2003.

RAMOS, Elenita Eliete de Lima. **Propondo práticas e desafiando certezas**: um estudo em turma do PROEJA numa perspectiva de educação matemática crítica. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) ó UFSC, Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95922/300757.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 05 abr. 2014.

ROLOFF, Micheli Cristina Staroski. **Representações sociais de matemática**: um estudo com alunos da educação de jovens e adultos. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) ó UNIVALI, Itajaí, 2009. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=647>. Acesso em: 05 abr. 2014.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo ãestado da arteõ em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, vol. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006, Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=189116275004>>. Acesso em: 07 abr.2014.

SARTORI, Anderson. Legislação, políticas públicas e concepções de educação de jovens e adultos. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. (Org.). **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SCIREA, Marlene Maria Fumagali. **Formação de professores para educação profissional técnica de nível médio**. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/mestrado/Marlene_Maria_Fumagali_Scirea_h.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2014.

SOARES, Magda B.; MACIEL, Francisca. **Alfabetização**. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2000. (Estado do Conhecimento, n.1).

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Histedbr On-Line**, v. 10, n. 38, p.1-11, 2010. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3520/3101>>. Acesso em: 12 maio 2014.

VIANA, Danielle Fernandes. **O estado do conhecimento da produção científica sobre a educação profissional integrada à educação de jovens e adultos no âmbito do projeto 008/PROEJA/CAPES/SETEC (2007 ó 2011)**. 2012. 252 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Departamento de Mestrado em Educação Tecnológica, Cefet-MG, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.files.scire.net.br/atrio/cefetmgppget_upl/THESIS/188/danielle_fernandes_viana.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2014.

Notas de Fim:

¹ MOBREAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

² A concepção de educação voltada para o mercado de trabalho tem como objetivo o produto, enquanto uma concepção de educação voltada para o mundo do trabalho visa o desenvolvimento humano.

³ Atualmente essa Secretaria intitula-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

⁴ O texto "CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA" reflete sobre o alvará de 05/01/1785, com base em FONSECA (1961), situa: O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. ÕÉ, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil. Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

⁵ MEC- Ministério da Educação e Cultura

⁶ Decreto 7.566- Estabelece que: ÕEm cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizes e Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito. (PEREIRA, 2003, p.24).

⁷ Reforma Capanema - ÕNome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como ÕEstado Novo. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. [...] A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, "realidade moral, política e econômica" a ser constituída. Dessa forma, a preocupação com a moral, o civismo e responsabilidades trazem para a esfera educacional os objetivos propostos pelo Estado Novo, a valorização da autoimagem do brasileiro e a criação de uma identidade nacional.[...] Nesse período, o ministério da educação também aprovou a criação de uma série de órgãos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos (INEP) e o Serviço Nacional de Radiofusão Educativa. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Reforma Capanema" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=371>>. Acesso em: 30 maio 2014.

⁸ CEFETs- Centros Federais de Educação Tecnológicas.

⁹ Sistema S- O Sistema S é formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

¹⁰ A expressão "Rede Federal" foi utilizada para designar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

¹¹ SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/ MEC- Ministério da Educação e Cultura.

¹² CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: abr.\2014

¹³ FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

¹⁴ MARTINS, P. B. **Mundo letrado, mundo desejado: alfabetização e trajetória de vidas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - CED/UFSC. Florianópolis, 2006.

¹⁵ LAFFIN, M. H. L. F. **A constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos**. Tese (Doutorado em Educação) - CED/UFSC. Florianópolis, 2006.

¹⁶ CHARLOT, B. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. (tradução): Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. _____. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

¹⁷ FONSECA, M. da C. F. R. Os limites do sentido no ensino da matemática. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 147-162, jan./jun. 1999 a.

¹⁸ FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. e RAMOS, M. "A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita". In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. e RAMOS, M. (Orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

¹⁹ JACOBINI, O. R. **A modelagem matemática como ação política na sala de aula**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Matemática). - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita, Rio Claro, 2004.

²⁰ MELLIN-OLSEN, S. **The politics of mathematics education**. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1987.

²¹ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

²² D'AMBROSIO, U. **Da realidade à ação-reflexões sobre educação e matemática**. São Paulo: SUMMUS/UNICAMP 1986.

_____. **Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Matemática, ensino e educação: uma proposta global. **Temas & Debates**, v.4, n.3, p. 1-15, 1991.

_____. **Etnomatemática-elo entre tradições e modernidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. A transferência de conhecimentos matemáticos para a América Latina: um estudo da dinâmica cultural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA, 5., 2003 Rio Claro. **Anais...** (s.l: s.ed.), 2003. p. 1-17.

_____. Prefácio. In: BORBA M. C. (Org.). **Pesquisa qualitativa em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

²³ GIROX, H. A. **Os professores como Intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Qual o papel da pedagogia crítica nos estudos de língua e cultura?**

Entrevista concedida a Manuela Guilherme. Disponível em: <http://www.henryagiroux.com/RoleOfCritPedagogy_Port.htm>.

²⁴ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁵ HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

²⁶ BAKHTIN, Mikhail; APPENSELLER, Marina. **A Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 421 p.

²⁷ MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²⁸ ROMÃO, J. E. **A educação de jovens e adultos**: Viver mente & cérebro, São Paulo: Ed. 6, 2006. p. 30-45. (Coleção memória da pedagogia: Perspectivas para o Novo Milênio)

²⁹ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Parecer CEB 11/2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>.

³⁰ FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Os limites do sentido no ensino da matemática. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 25, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000100011&lng=pt&nrm=iso>.

_____. **Educação matemática de jovens e adultos**: especificidades, desafios e contribuições. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

³¹ RUIZ, Adriano R. Matemática, matemática escolar e o nosso cotidiano. **Teoria e Prática da Educação**, v.4, n. 8, p 125-138, 2001. Disponível em: <<http://ia.fc.ul.pt/ce/formandos/textos-pdf/ruiz01.pdf>>.

³² GARCÍA, Eduardo. A natureza do conhecimento escolar: transição do cotidiano para o científico ou do simples para o complexo? In: RODRIGO, María José e ARNAY, José. (Org) **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança**. São Paulo: Ática, 1998, p. 75-101.

³³ SÁNCHEZ HUETE, Juan Carlos; FERNÁNDEZ BRAVO, José A. **O ensino da matemática**: fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

³⁴ OLIVEIRA, Marta Kohl *de*. Jovens e adultos como sujeitos de *conhecimento* e aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.** [online]. n.12, p. 59-73. 1999.

³⁵ BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

³⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

³⁷ HADDAD, Sérgio, Um início de conversa sobre a nova lei de educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 7, n. 38, p. 39-44, abr./jun. 1988.

³⁸ SARTORI, A.; Legislação, políticas públicas e concepções de educação de jovens e adultos. In: LAFFIN, M. H. L. F.; (Org.). **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2011

³⁹ TORRES, C. A.; Estado, políticas e educação de adultos. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**: teoria e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁴⁰ ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

-
- ⁴¹ PEDROSA, Eliane Maria Pinto. A formação do trabalhador no IFMA: o ensino das ciências como eixo integrador da educação básica à educação profissional no PROEJA. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5.2011. **Anais...**,[s.l: s.n], 2011
- ⁴² CACHAPUZ, Antonio Francisco Carrelhas; PRAIA, João; JORGE, Manuela P. **Ciência, educação em ciência e ensino de ciências**. Lisboa: Ministério da Educação, 2002.
- ⁴³ SANTOMÉ, Jurgo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
- ⁴⁴ FAZENDA, Ivani C. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.
- ⁴⁵ THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, set./dez., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782008000300010&lng=pt&nrm=iso>
- ⁴⁶ KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 33-35.
- ⁴⁷ TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- ⁴⁸ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ⁴⁹ MACHADO, Lucília. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: **Coletânea CBE. Conferência Brasileira de Educação**. Trabalho e Educação. Campinas, Papirus, 1992.
- ⁵⁰ PETEROSSO, Helena Gemignani. **A formação dos formadores: pressupostos e reflexões sobre a formação de professores para o ensino técnico a partir de uma perspectiva de pedagogia em ato**. Tese (Doutorado) - Universidade de Capinas, SP. 1992.
- _____. **Formação do professor para o ensino técnico**. São Paulo: Loyola, 1994.

ANEXO

Resumos das pesquisas analisadas nos diferentes bancos de dados de Santa Catarina:

- COAN, Lisani Gení Wachholz. A Implementação do PROEJA no CEFET-SC: Relações Entre Seus Objetivos, os Alunos e o Currículo de Matemática. CURRÍCULO

Resumo:

Esta pesquisa aborda as relações que se (foco da pesquisa) estabelecem entre os objetivos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA, as expectativas, as necessidades e os desejos dos alunos e os conhecimentos específicos do Currículo de Matemática deste Programa. O estudo foi realizado no contexto do PROEJA do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina ó CEFETSC, da Unidade de Florianópolis. Analisase o possível descompasso entre o Currículo de Matemática do PROEJA e os objetivos desse Programa em relação às expectativas, às necessidades e os desejos dos estudantes do referido Programa. Utilizase como **referência metodológica** a abordagem qualitativa, mediante os seguintes recursos: análise documental, estudo bibliográfico, aplicação de questionários e realização de entrevistas. O método de pesquisa delimitase ao Estudo de Caso, tratandose da questão do atual currículo de Matemática do referido programa. Buscase, nos referenciais teóricos, o aprofundamento dos processos da Educação de Jovens e Adultos, o fracasso escolar e a relação com o saber; as orientações sobre elementos constitutivos de um currículo e; a compreensão das contribuições na Educação Matemática para EJA.

Resultados: Ao concluir, constatase que o desejo dos alunos consiste no prosseguimento dos estudos depois de concluírem o PROEJA, na expectativa de buscar no CEFETSC a chance õúnicaõ de conseguirem uma certificação profissional. No entanto, os educandos têm suas expectativas contrariadas ao perceberem que existe um descompasso entre os objetivos do PROEJA e o Currículo de Matemática, uma vez que ele está muito aquém daquilo que realmente desejam e necessitam. Assim, a partir da escuta e do diálogo estabelecido com os educandos neste trabalho, apontase na perspectiva de um currículo integrado para esse Programa, de modo que, de fato se concretize um novo paradigma no campo da EJA.

Palavraschave: Educação, PROEJA, Currículo de Matemática.

- ROLOFF. Micheli Cristina Staroski. Representações sociais de matemática: um estudo com alunos da educação de jovens e adultos.

Resumo:

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o conteúdo, a estrutura e a dinâmica da representação social sobre a matemática. A partir dos referenciais teórico-metodológicos propostos por Moscovici (1961,1978,2003), empreendeu-se uma investigação para responder à seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as

representações sociais sobre Matemática dos alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC) de Florianópolis? A coleta de dados foi iniciada utilizando-se a técnica de Associação Livre, tendo como palavra indutora "Matemática", para levantamento do conteúdo das representações. Participaram desta etapa 120 alunos do PROEJA. Na análise das evocações foi utilizado o software EVOC 2000, visando conhecer a estrutura das representações. As palavras mais frequentemente evocadas foram utilizadas no Procedimento de Classificação Múltiplas (PCM), realizado em entrevistas individuais com 20 sujeitos selecionados do grupo que participou da primeira etapa. As categorizações produzidas nas entrevistas foram submetidas a uma Análise Multidimensional e as falas dos sujeitos foram analisadas para se conhecer a dinâmica das representações. A análise do espaço semântico produzido pela Multidimensional Scalogram Analysis (MSA) e a análise das justificativas dadas pelos sujeitos na organização das evocações revelaram três categorias: Simbolização-atividade mental, que traduz a idéia de uma Matemática simbólica, e expressa pela atividade mental e aproximada do conhecimento científico. Aprendizagem da matemática (escolar) revela os conteúdos da matemática escolar, dividida entre a sala de aula e a aprendizagem. Já a categoria **Minha relação com a matemática** (cotidiano), as evocações remontam a como cada um dos sujeitos se relaciona com a matemática e expressam as necessidades do curso ou daquilo que estão estudando. O estudo ainda apontou para outras direções, referentes à condição de ser sujeito EJA.

Palavras-chave: Representações sociais; Matemática; Educação de Jovens e Adultos

- SCIREA, Marlene Maria Fumagali. Formação de professores para educação profissional técnica de nível médio.

Resumo:

A presente investigação situa-se no campo de estudos das Políticas Públicas, tendo como foco a formação de professores para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio -EPTNM. Tem como objetivo investigar a Formação dos Professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio cuja finalidade é compreender o cenário atual desta formação, inclusive sua atual proposição, levando em conta o seu percurso no país. Como fundamentação teórica central foram utilizados os textos de autores que analisam criticamente as relações entre o trabalho e a educação na sociedade capitalista. Como estratégia metodológica realizamos intensa leitura, resultando em pesquisa bibliográfica e documental. A parte bibliográfica foi realizada em livros e revistas especializadas, e desenvolvida com base nas contribuições dos diversos autores, cujo trabalho está relacionado com o objeto da nossa pesquisa. A pesquisa documental teve como base as Diretrizes, Leis e Decretos do MEC. Na trajetória da educação média e da educação profissional neste nível de ensino é central o papel da dualidade estrutural da sociedade brasileira, como indicam autores tais como Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta Franco, Marise Nogueira Ramos, entre outros. Esta determinação se perpassa as dificuldades até hoje encontradas na formação dos professores para as disciplinas específicas do ensino técnico, como nos informam autores tais como Lucília Machado e Helena Gemignani Peterossi, os quais enfatizam a necessidade de uma atitude docente integradora para tal formação. Os resultados da

investigação demonstram que na última década as políticas educacionais revelam esforços no sentido de superar a dualidade mencionada, propondo um ensino médio integrado à formação profissional. Conclui-se que a formação de professores do ensino médio ainda é um grande desafio, embora uma análise da atual proposta para a formação dos professores da EPTNM apresentada pela SETEC/MEC mostre que ela pode ser como um caminho para a formação necessária a estes profissionais.

Palavras Chave: Formação Profissional Técnica de Nível Médio, Formação de Professores.

- RAMOS, Elenita Eliete de Lima. Propondo práticas e desafiando certezas: um estudo em turma do PROEJA numa perspectiva de educação matemática crítica

Resumo:

A tese tem por objetivo propor e analisar práticas educativas numa perspectiva de Educação Matemática Crítica em turmas do programa nacional que integra a Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A investigação foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC), campus Florianópolis, com uma turma do curso Técnico em Enfermagem do PROEJA. A pesquisa foi gerada em um processo de tomada de consciência da importância de se considerar a dimensão crítica da Educação Matemática nas atividades de ensino direcionadas a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas. As atividades foram planejadas de modo a contemplar as habilidades de construção, leitura e interpretação crítica de gráficos e tabelas, instrumentos que permeiam as várias atividades do dia a dia e são utilizados com frequência pelos meios de comunicação. As práticas educativas desenvolvidas compõem três momentos: no primeiro, os estudantes trabalharam com gráficos e tabelas que são encontrados em revistas de circulação nacional e também com aqueles que são exigidos nas avaliações oficiais; no segundo momento os estudantes construíram gráficos e tabelas que representavam as informações obtidas no questionário socioeconômico e as tabelas e gráficos gerados a partir da atividade experimental realizada por eles; o terceiro momento consistiu na construção de cenários para investigação, a partir dos quais os estudantes puderam, além de utilizar gráficos e tabelas para representar os dados e/ou informações busca dos e tratados por eles, contemplar a dimensão sociopolítica da educação matemática. A pesquisa desenvolvida mostrou que há elementos que são essenciais para a construção de uma Educação Matemática Crítica em turmas do PROEJA: os interlocutores da ação educativa, a dialogicidade, a problematização, os saberes dos educandos, o conteúdo a ser desenvolvido e a postura do professor. As atividades desenvolvidas propiciaram aos estudantes fazer relações de saberes escolares com situações do cotidiano, possibilitando a análise de problemas sociais e despertando o desejo de intervenções com transformações positivas, de caráter individual e coletivo.

Palavras-chave: Práticas Educativas Críticas, PROEJA, Educação Matemática Crítica, Estudo de Gráficos e Tabelas.

-
- BURIGO, Tiago dos Santos. Ideologia e identidade cultural nos materiais didáticos da educação de jovens e adultos no Brasil.

Resumo:

O objetivo desta dissertação é o de investigar as cartilhas *Primeiro guia de leitura Ler e Segundo guia de leitura Saber*; o *Manual do Monitor do Método Paulo Freire*, usados no passado recente brasileiro e o *livro didático Diversidade, cultura e trabalho*, que vem sendo utilizado atualmente, a fim de comparar a tipologia textual e as atividades sugeridas pelos livros, bem como a representação das identidades culturais presentes nos materiais. Como base teórica do trabalho são privilegiados os autores: Paulo Freire, no que diz respeito ao seu método de alfabetização e teorias sobre educação de adultos, bem como ao seu conceito de educação popular; Stuart Hall, no que diz respeito à formação da identidade cultural; e Mikhail Bakhtin sobre os gêneros do discurso e o conceito de ideologia. O corpus desta pesquisa é o material didático utilizado na primeira campanha de educação de adultos, que são: as cartilhas *Primeiro guia de leitura Ler e Segundo guia de leitura Saber*; o material utilizado no método Paulo Freire, intitulado *Manual do Monitor do Método Paulo Freire*, e o livro didático utilizado atualmente no PROEJA, intitulado *Diversidade, cultura e trabalho*. Como categorias de análise, serão utilizados: os gêneros do discurso presentes nos materiais, as identidades culturais sugeridas nos textos, bem como as ideologias neles presentes.

Palavras-chave: Educação Popular; Identidade Cultural Alfabetização; Ideologia; Gêneros do discurso; Material Didático.

- COELHO, Karine dos Santos. **Saberes docentes dos professores de ciências que atuam no PROEJA de Santa Catarina**

Resumo:

O presente estudo tem como propósito investigar e analisar os saberes docentes dos professores de Ciências do PROEJA que atuam no IFSC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina). Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa dentro de uma perspectiva analítico-descritiva. Os sujeitos foram seis professores do referido curso e a coleta de dados desenvolveu-se por meio de entrevistas semiestruturadas. Empregou-se a análise textual discursiva, cujos resultados obtidos revelam que os professores não são meros executores dos diferentes discursos que circulam no contexto escolar. Eles movimentam e constroem saberes que são emergentes dos processos formativos e da experiência docente; o currículo integrado ainda não é realidade no curso; o Projeto Político-Pedagógico (PPP) está ausente na construção dos planejamentos de ensino, o que pode descaracterizar a identidade do curso; práticas de ensino com ênfase na ciência, tecnologia e sociedade (CTS) ainda são tímidas, bem como o ensino pautado pela pesquisa. Por outro lado, os docentes manifestam preocupação em atender as especificidades do curso, aproximando os conteúdos de ensino das vivências dos alunos.

- GOES, Josiane Meyer de. A educação de jovens e adultos na rede municipal de Joinville : caminhos e descaminhos na implantação da políticas publicas.

Resumo:

A presente dissertação é o resultado de um trabalho de pesquisa cujo objetivo principal é refletir sobre o processo de construção da Educação de Jovens e Adultos-EJA como política pública de Estado, assim como evidenciar a ampliação do direito à Educação como elemento intrínseco à condição humana. Para tanto, procurou-se

realizar uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento do direito à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tendo como referência a Constituição Federal de 1988, assim como diversos documentos de caráter infraconstitucional. Dentro desta perspectiva observa-se a necessidade do reconhecimento da educação de jovens e adultos como uma modalidade fundamental da educação básica, assim como suas especificidades no contexto da produção social da desigualdade no Brasil. Também foram levantados os indicadores estatísticos com base nos bancos de dados do IBGE e do INEP. Os indicadores contemplaram a população analfabeta, de 15 anos ou mais, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e no Município de Joinville. No que diz respeito ao município, levantou-se também a população que não concluiu o Ensino Fundamental. E, para finalizar, foram analisados os Relatórios Anuais da Secretaria de Educação que se referem à Educação de Jovens e Adultos, assim como todos os Programas desenvolvidos pela mesma. Cabe ressaltar que no decorrer desta pesquisa foi possível visualizar avanços e recuos, revelando, assim, que há um longo caminho a percorrer para que sejam estabelecidas as políticas públicas na perspectiva de uma educação emancipadora e de qualidade a todos os sujeitos envolvidos neste processo.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos.